

Educação Infantil como Prática de Transformação Social

Área Temática de Educação

Resumo

Nosso projeto está ancorado em uma prática extensionista que em 2002 culminou com o projeto Educação Infantil Inclusiva, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo, em 2003, sido incorporado ao então criado Programa Boa Vizinhança. Consiste numa atuação junto à Sociedade Cooperativa Assistencial de Pais e Responsáveis Vivendo e Aprendendo, situada no Bairro Jardim Casablanca, e da comunidade no entorno da creche, objetivando atender a todas as crianças na sua diversidade e fazer da COOPVIVA um espaço de articulação política-pedagógica-social para transformação da comunidade local e da Política de Educação Infantil do município de Juiz de Fora/MG. Nos embasando no referencial metodológico do Professor Michel Thiollent, nos pressupostos teóricos do nosso projeto político-pedagógico, que estão situados nas teorias de Vygotsky e Paulo Freire, nomeamos nossa metodologia como interativa-dialógica. Situamos a história e a situação atual da COOPVIVA, a prática extensionista que foi e é desenvolvida na mesma: na elaboração do projeto político-pedagógico, na formação continuada, na interação em sala de aula, na interrelação com a comunidade e na intervenção política. A creche ideal que muitos almejam para suas crianças, para alguns fora construída, e, sabemos que ela estará sempre em constante construção.

Autoras

Luciana Pacheco Marques – Doutora em Educação
Sandrelena Monteiro da Silva – Mestre em Educação
Bianca Recker Lauro – Pedagoga

Instituição

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Palavras-chave: educação infantil; interação dialógica; transformação social

Introdução e objetivo

Nosso projeto está vinculado a uma prática de extensão que em 2002 culminou com o projeto Educação Infantil Inclusiva, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), tendo, em 2003, sido incorporado ao então criado Programa Boa Vizinhança, para agregar “o desenvolvimento de projetos das diversas áreas existentes na UFJF junto à população dos bairros no entorno da Universidade, de forma a atender suas principais necessidades e demandas” (UFJF/PROEX, 2003), ao qual continua vinculado neste ano de 2004.

Entendemos a extensão como parte integrante do processo educacional, articuladora da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, sendo esta a via que encontramos para possibilitar, através das interações, a transformação de nós mesmas, das profissionais da creche, da comunidade local, da educação e da sociedade.

Este projeto consiste numa atuação junto à Sociedade Cooperativa Assistencial de Pais e Responsáveis Vivendo e Aprendendo Ltda. (COOPVIVA) - Creche Jardim Casablanca - e da comunidade do entorno da creche, objetivando uma atuação educacional inclusiva, ou seja, o atendimento a todas as crianças na sua diversidade. Almejamos, ainda, que com esse

trabalho auxiliemos na melhor organização, individual e coletiva, dos membros da comunidade do Jardim Casablanca e, a nível mais amplo, na constituição de uma Política de Educação Infantil para o município de Juiz de Fora/MG.

A COOPVIVA é uma sociedade civil cooperativista de responsabilidade limitada, de forma e natureza jurídica privada e beneficente e sem fins lucrativos, fundada em 21 de dezembro de 2001. Tem como objetivos o atendimento às crianças de três meses a cinco anos e onze meses, proporcionando abrigo diurno, na qualidade de creche e pré-escola a filhos de cooperados; criar, organizar, manter e dirigir as atividades de creche e pré-escola através de uma política de educação infantil em consonância com a legislação pertinente; atender e cumprir o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente; atender prioritariamente aos pais e responsáveis com crianças em dificuldades sócio-econômicas residentes no bairro Jardim Casablanca; promover o planejamento e execução de programas sócio-educativos e assistenciais destinados às crianças e seus familiares; desenvolver atividades educativas, profissionalizantes, de caráter cultural, artístico ou esportivo aos cooperados e seus dependentes; receber doações, firmar convênios, bem como buscar recursos juntos aos órgãos públicos e privados nas esferas municipal, estadual, federal, nacional e internacional; adquirir material educacional sobre o cooperativismo para fornecimento aos seus cooperados; promover e desenvolver pesquisa educacional, registrando e divulgando os resultados.

Está localizada em um bairro no entorno do Campus da UFJF, onde se constata a existência de duas realidades sócio-econômicas bastante distintas: na parte baixa do bairro visualiza-se condições de infra-estrutura básicas como saneamento, energia elétrica, casas de alvenaria. Na parte alta do bairro a realidade é extremamente diferente: várias famílias estão sobrevivendo em situações precárias, a maior parte ainda em situação de ocupação irregular se alojam em casas feitas de tábuas, papelões e latões, sem água encanada, esgoto, e a luz elétrica, quando existente, é fornecida por vizinhos na forma de favor. Constata-se, ainda, o alto índice de desemprego e baixo grau de instrução de seus moradores, além de conflitos familiares e sociais, envolvendo violência física, uso de drogas e prostituição.

Participam ativamente do projeto, desde 2002, bolsistas de extensão, alunas do curso de Pedagogia da UFJF.

Contamos, ainda com o Projeto Mapeamento e Tratamento de Crianças Desnutridas, coordenado por uma pediatra, em parceria com o Instituto de Saúde da Criança da PJJ. O projeto consiste no atendimento individual das crianças através de exame clínico, pesagem, orientação às mães e profissionais em relação aos cuidados e atenção à saúde da criança.

Outro projeto que vem sendo desenvolvido é o Atenção e Prevenção à Saúde Bucal, coordenado por uma dentista, em parceria com o Instituto de Saúde Bucal da PJJ. Visa o atendimento individual, grupal e familiar na prevenção e combate à cárie bucal, através de orientação sócio-educativa e prática de escovação com distribuição de escovas e pastas de dente. Alguns alunos do Curso de Odontologia da UFJF têm participado ativamente deste trabalho.

Metodologia

Vamos apresentar neste texto nossa metodologia, a história e a situação atual da COOPVIVA, a prática extensionista que foi e é desenvolvida na mesma: na elaboração do projeto político-pedagógico, na formação continuada, na interação em sala de aula, na interrelação com a comunidade e na intervenção política.

Ao iniciarmos nossa interação na comunidade Jardim Casablanca pensamos em qual metodologia poderia estar orientando nossas ações, sendo que optamos por desenvolver algo como a metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 1992), uma vez que esta nos possibilitaria auxiliar na transformação social. No entanto, tratava-se não de um projeto de pesquisa, mas de um projeto de extensão em sua estreita relação com a pesquisa e ainda com o ensino.

Tomamos, então, conhecimento dos Seminários de Metodologia de Projetos de Extensão (SEMPE) que vinham sendo desenvolvidos desde 1996/1997, onde o Professor Michel Thiollent vinha apresentando seus pressupostos sobre o desenvolvimento de metodologia para projetos de extensão, enfatizando a metodologia de pesquisa participativa e pesquisa-ação, como opção preferencial, tendo dentre suas áreas de aplicação questões relacionadas às desigualdades no acesso à educação e no que se refere ao desenvolvimento de uma comunidade. Nos embasando no referencial metodológico do Professor Michel Thiollent, nos pressupostos teóricos do nosso projeto político-pedagógico, que estão situados nas teorias de Vygotsky e Paulo Freire, nomeamos nossa metodologia como interativa-dialógica. Ao nosso ver, isso atende ao caráter participativo da metodologia da extensão, à nossa concepção interativa de desenvolvimento individual e social como propõe a teoria vygotskyana e ao pressuposto básico da concepção freireana da educação como um processo de comunhão entre os homens e mulheres.

Inicialmente procuramos caracterizar o perfil da comunidade onde estávamos inseridos e saber quem eram os parceiros na constituição daquela proposta. Vários foram os parceiros e todos deixaram suas marcas no processo que hoje existe. Buscamos mobilizar a todos, mas avaliando o processo podemos observar que alguns se distanciaram da proposta e os que se mantiveram se relacionavam em níveis diferenciados: 1) político-financeiro - AMAC/PJF e Associação dos Condôminos do Granville Residence; 2) político-pedagógico - SPM, Universidade e pessoas da comunidade. Nosso espaço de interação se constituiu, então, entre estes últimos, sempre solicitando um apoio por parte dos primeiros nas questões financeiras. Inferimos que os níveis de atuação estavam e estão diretamente relacionados ao lugar que a proposta ocupa dentre os objetivos dos sujeitos, individualmente ou coletivamente - quando se trata de organizações. Ainda, situam-se no nível de consciência que se tem: ingênua ou crítica.

Todas as questões foram discutidas em reuniões semanais feitas com a comunidade. As ações desencadeadas foram bem articuladas, uma vez que mantínhamos uma estreita relação dialógica e éramos representativos de nossos grupos, tendo um objetivo comum: atender a todas as crianças na sua diversidade e fazer da COOPVIVA um espaço de articulação política-pedagógica-social para transformação da comunidade local e da Política de Educação Infantil do município de Juiz de Fora/MG.

Nosso instrumento básico era a redação de uma ata de cada encontro, a leitura e aprovação da mesma no início do próximo, bem como um momento seguinte de informes sobre as ações que cada um tinha realizado desde o último encontro. Assim podíamos avaliar nossas proposições e planejarmos melhor as ações a serem realizadas. Quando necessário designávamos comissões para elaboração ou realização de alguma atividade, como também solicitávamos auxílio, por exemplo, em relação a questões jurídicas.

A história e a situação atual

Em 1999, os moradores do bairro Jardim Casablanca se organizaram e votaram no orçamento participativo da cidade de Juiz de Fora a implantação de uma creche comunitária no mesmo, uma necessidade urgente, uma vez que a creche comunitária mais próxima não tinha capacidade para atender à demanda de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos da comunidade Casablanca. Como resposta a tal solicitação o Poder Público Municipal apresentou à comunidade a proposta de implantação no bairro de uma creche cooperativa.

A construção do equipamento de creche no bairro foi resultado da parceria entre o poder público através da Associação Municipal de Apoio Comunitário da Prefeitura de Juiz de Fora (AMAC/PJF) com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Associação dos Condôminos do Granville Residence, condomínio residencial de classe alta vizinho da comunidade.

A Sociedade Pró-Melhoramentos – SPM - do Bairro Jardim Casablanca mobilizou a Comunidade do bairro Jardim Casablanca, percebendo os desafios na implantação e implementação da creche, buscaram a articulação com instituições e movimentos organizados da sociedade civil de representação coletiva, destacando-se o Conselho Local de Saúde, a Universidade Federal de Juiz de Fora, entre outros.

As discussões sobre a implantação da cooperativa geraram calorosos embates políticos, resultando em ricas discussões e reflexões sobre a política de educação infantil a nível local e municipal, no plano ideal e real. Finalmente, após sensibilizarmos o poder público em relação às dificuldades da comunidade, foi contratado com a AMAC/PJF, órgão responsável pelo Programa de Creches do Município, o pagamento da coordenadora pedagógica da creche, a doação de 50% da alimentação não perecível e de 50 % do material de higiene e limpeza, além do repasse de R\$ 40,00 per capita calculado sobre a meta de atendimento (50 crianças). Cumpre ressaltar que, após a aprovação do estatuto e projeto político-pedagógico da creche, o repasse per capita passou a ser feito pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

O nome da COOPVIVA com os dizeres “Vivendo e Aprendendo” foi proposto no intuito de retratar toda o processo de aprendizagem no período de constituição da mesma.

No dia 23 de fevereiro de 2002 a Creche foi inaugurada e nos dias 27, 28 e 29 de fevereiro do mesmo ano foram feitos os cadastros das crianças e efetivadas as matrículas das 50 crianças, que foram selecionadas a partir de um levantamento sócio-econômico, dando prioridade às que se encontravam em situações mais precárias. Sabíamos que, infelizmente, não poderíamos atender a todas as crianças.

Em cumprimento a Resolução nº 10 do CMAS, que determina que todas as instituições inscritas nesse Conselho devem ter obrigatoriamente pelo menos 20% dos usuários usufruindo gratuitamente dos serviços prestados, a COOPVIVA realizou o processo seletivo com as famílias interessadas em participarem do Programa, tendo as famílias contempladas direito a uma bolsa integral. A COOPVIVA tem organizado tal levantamento sócio-econômico anualmente, através do auxílio de uma assistente social da UFJF, que coordena uma equipe de assistentes sociais e alunas do Curso de Serviço Social da UFJF para realização do processo.

As atividades pedagógicas iniciaram no dia 4 de março de 2002.

A AMAC/PJF previa que as mães da Comunidade Jardim Casablanca fossem as professoras da creche. Constatamos, no entanto, que as moradoras da comunidade não apresentavam a escolaridade mínima (magistério) para o exercício dessa função. Buscou-se, assim, a alternativa de filiação, como cooperadas, de professoras de fora da comunidade por processo seletivo realizado pela Cooperativa, com o auxílio da UFJF. Em relação aos demais profissionais da creche (secretária, cozinheira e serviços gerais), todos são da comunidade.

O projeto político-pedagógico

Ao elaborarmos o Projeto Político-Pedagógico da Creche, discutimos sobre a educação que gostaríamos de estar oferecendo às crianças de forma participativa e democrática. Tínhamos a preocupação de que o Projeto Político-Pedagógico da creche, ao mesmo tempo em que contemplasse a sua realidade, não desconsiderasse um atendimento de qualidade a todas as crianças na sua diversidade, considerando, conforme propõe Khulmann (2001), o cuidado, a socialização e a educação das mesmas.

Tendo por base os pressupostos teóricos das teorias de Vygotsky e Paulo Freire, o ensino é organizado com base numa pesquisa sócio-antropológica feita na comunidade a cada semestre letivo, que constitui os eixos temáticos que orientam o fazer pedagógico.

O objetivo é articular as atividades planejadas à realidade sociocultural e ao desenvolvimento infantil, respeitando os interesses das crianças e proporcionando a construção coletiva do conhecimento de todos.

Outro fator característico da proposta é a transversalidade dos conteúdos, possibilitando uma superação da fragmentação e justaposição dos conteúdos sem sentido, para uma totalidade de abrangência dos mesmos.

Os conteúdos são trabalhados segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL/MEC, 1998): movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, e matemática; como elementos para a formação pessoal e social, constituição da identidade e da autonomia, e conhecimento do mundo por parte das crianças, atravessados pelas temáticas da realidade levantada junto à comunidade.

O planejamento de tais temáticas é iniciado pela consulta bibliográfica de livros, gravuras, histórias, músicas, filmes; priorizando também vivências fora do contexto escolar como visitas e passeios realizados com as turmas. No seu desenvolvimento é permitido que a criança manifeste sua curiosidade com o assunto ou com temas relacionados; priorizando uma visão ampla e flexível das observações e das vivências experienciadas pelos alunos; permitindo a crítica e a criatividade das mesmas, incentivando a busca de informações e a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento.

As atividades diárias, individuais e coletivas, são compartilhadas com os alunos e as alunas logo no início da aula e avaliadas ao final desta pelos mesmos. Estas atividades são integradas à temática em foco, respeitando suas metas e fundamentadas em um embasamento teórico.

A avaliação consiste numa reflexão da prática, crítica e transformadora; sendo utilizada para novos planejamentos. Avalia-se a criança pelo seu desenvolvimento e construção do conhecimento; a professora nas dificuldades apresentadas na prática docente; a equipe de apoio pelos seus progressos e dúvidas e a creche como um todo pela sua estrutura e funcionamento. A proposta adotada é a avaliação mediadora que se constrói pelo agir e numa gradativa reflexão sobre esse agir, pensando todos os elementos da ação educativa, considerando suas concepções e a história vivida pela/na instituição e nunca por uma imposição de mudanças de normas ou regimentos internos.

Os recursos utilizados para avaliação são análises da prática feita por observações e registros sistemáticos. Cada educadora tem um diário de campo. Neste, a professora externaliza sua prática e suas dúvidas do cotidiano escolar e faz observações sobre o desenvolvimento das crianças. Bimestralmente são realizadas reuniões pedagógicas com os pais, as mães e/ou responsáveis para avaliação do trabalho desenvolvido.

Resultados e discussão

Junto aos profissionais da creche temos desenvolvido um trabalho de formação continuada. Temos buscado a interação constante dos profissionais e alunos da Universidade, com as professoras das turmas e os demais profissionais da creche: secretária, cozinheira, serviços gerais. Insistimos nesta participação por acreditarmos que, apesar de não estarem diretamente em sala com as crianças, estes profissionais são efetivamente educadores que têm sua atuação nas instituições educativas ainda tão negligenciadas. Percebemos a atuação destes profissionais no dia-a-dia da creche junto às crianças como de fundamental importância para a sua constituição enquanto sujeito em desenvolvimento. Acreditamos serem seus papéis fundamentais na dinâmica da creche.

Sabemos que hoje o saber docente deve integrar os saberes curriculares, os saberes da experiência e os saberes sobre o processo pedagógico (PEREIRA, MARTINS, 2002).

A dinâmica da formação se dá a partir de duas horas de reuniões semanais que assumem características de formação em contexto, dentro de um modelo interactivo-reflexivo, como propõe Chantraine-Demailly (1997), onde há elaboração coletiva de saberes profissionais a partir da ajuda mútua entre os e as bolsistas da UFJF e as profissionais da

creche, em relação a uma situação de trabalho, que são postos em prática paralelamente ao processo de formação. Neste dia, as crianças vão para seus lares mais cedo.

As questões discutidas referem-se à estrutura e funcionamento da creche; questões referentes às crianças, seu desenvolvimento e aprendizado, relações interpessoais com seus pares e com os adultos, enfim, como aquelas crianças vêm se constituindo enquanto sujeitos no mundo que as cerca; são discutidas questões referentes ao contexto familiar e social destas crianças fora da creche; ao contexto social em que a creche está inserida, buscando alternativas para a resolução das dificuldades enfrentadas no trabalho; além de questões referentes ao planejamento pedagógico e relações interpessoais entre os profissionais. O mais importante de ressaltarmos é que nunca são levadas questões prontas para serem discutidas. Todas as questões discutidas são oriundas da realidade vivida pela creche. Ao discuti-las cria-se sempre a preocupação da busca de suporte teórico para a compreensão do/no cotidiano, como também para analisar as mudanças operadas neste cotidiano a partir destas reflexões.

Integrar os sujeitos da comunidade, da formação universitária e os sujeitos da prática diária - Comunidade, Universidade e Creche - contribui para a construção de uma nova imagem do profissional da Educação Infantil.

Busca-se assim, estar rompendo com a academicização que vemos ocorrer na formação das alunas e dos alunos universitários, bem como o sentido de uma formação a partir da experiência com as profissionais da creche. A evolução dos alunos e das alunas da Universidade e das profissionais da creche quanto às teorias é nítida, na resolução de problemas encontrados no dia-a-dia no trabalho com as crianças e na relação com seus familiares, onde prevalece uma formação reflexiva e autônoma, filtrada pela experiência.

A interação em sala de aula

Junto às crianças, nossa atuação se dá principalmente pelo trabalho desenvolvido pelas bolsistas da Universidade que atuam em sala de aula juntamente com as professoras, diretamente com as crianças.

Damos importância ao contexto social no qual as crianças estão inseridas e o papel que o educar e o cuidar devem ocupar na prática pedagógica.

Falar sobre a infância é falar sobre algo indecifrável, enigmático. Talvez seria correto dizer que é a fase da vida onde somos crianças e por onde se inicia nosso aprendizado e nossas descobertas. Mas a infância se revela algo mais complexo, talvez por isso vários pensadores desde a Antigüidade vêm tentando entender e compreender o que Larrosa (1998, p. 67) caracterizou como “seres estranhos dos quais nada se sabe, esses seres selvagens que não entendem nossa língua”.

A infância, para este autor, é algo que podemos explicar, nomear e intervir. Sabemos o que são as crianças e procuramos falar a sua língua para que possam nos entender. Mas a infância acaba por nos dar o troco, ela está muito além de qualquer captura, ela inquieta nossos saberes, questiona o poder de nossas práticas e nos instiga e fascina a cada dia.

Na Creche Jardim Casablanca a concepção de infância existente entre os profissionais é a da teoria sócio-histórica, onde a criança aprende por um processo social.

Ressalta-se, assim, o papel da aprendizagem no desenvolvimento do ser humano. Defende Vygotsky (1991) que toda e qualquer situação de aprendizagem com a qual o indivíduo se defronta na escola decorre sempre de fatos anteriormente vividos; o que o leva à conclusão de que os processos de aprendizagem e de desenvolvimento estão relacionados desde o nascimento da criança. Nesse sentido, o processo de aprendizagem se iniciaria muito antes de a criança freqüentar a escola. Ressalta o autor, ainda, que o aprendizado escolar, ou melhor, o aprendizado sistematizado produz algo fundamentalmente novo no desenvolvimento da criança.

Em síntese, sendo o homem ser social, constituindo-se como sujeito por intermédio da linguagem, a interação social entre os alunos é a chave para a construção do conhecimento. A

heterogeneidade possibilita a troca e, conseqüentemente, se amplia a capacidade individual. A escola, assim, resgata o seu papel de ensinar, ou seja, o de atuar na zona de desenvolvimento proximal de todo os alunos, considerando o seu potencial de aprendizagem. O acesso ao saber deve ser garantido a todos.

A interrelação com a comunidade

Além da constituição junto à comunidade de todas as soluções para a COOPVIVA nos aspectos financeiros e pedagógicos, pensadas em reuniões que acontecem conforme a necessidade; atualmente, vêm sendo realizadas, junto à comunidade, duas horas de reuniões quinzenais, abordando temas propostos por seus membros, que envolvam não só o relacionamento com seus filhos, o desenvolvimento e a aprendizagem dos mesmos, como também temáticas de interesse da comunidade para a sua organização individual e coletiva. Nosso planejamento é comunitário, participativo. Os temas são propostos, discutidos e se necessário convidamos pessoas mais especializadas nas temáticas para estar conosco na reunião e estabelecer um diálogo que possa acrescentar a todos no entendimento do tema.

Utilizamos o “círculo de cultura” freireano, onde ensinamos uns aos outros o que sabemos. Acreditamos como Paulo Freire que educar é conhecer, é ler o mundo, para poder transformá-lo. Defendemos a educação como ato dialógico, onde “os seres humanos se educam em relação, mediatizados pelo mundo” (Paulo Freire, 1975, p. 79), estando o ato de conhecer e de pensar diretamente ligados à relação com o outro.

A intervenção política

A própria constituição da COOPVIVA em si já disse muito às autoridades locais das necessidades da comunidade e de um repensar da Política de Educação Infantil do município.

No segundo sábado de maio de 2002, a COOPVIVA realizou o I SEMINÁRIO SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE ALTA, na UFJF, com o objetivo de tornar transparente as atividades e dificuldades da COOPVIVA. Estiveram presentes representantes de 23 instituições, entre esses a Reitora da UFJF; vereadores; o Gerente de Atenção Secundária do SUS; lideranças comunitárias e a comunidade da Cidade Alta. Explicitamos as ações que vinham sendo feitas, solicitando uma resposta mais efetiva do Poder Público Municipal à demanda de vagas em Educação Infantil na cidade alta e a necessidade da Política de Educação Infantil do município ter um caráter universalizante.

Em fevereiro deste ano de 2004 participamos de uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Juiz de Fora/MG sobre a Educação Infantil no município, na qual pudemos nos posicionar em relação às questões da Política de Educação Infantil do município, tendo sido ouvida a experiência da COOPVIVA. Esperamos os desdobramentos deste debate.

Conclusões

Apesar das dificuldades pode-se considerar que o trabalho desenvolvido na COOPVIVA funciona devido à participação de todos: pais, mães, educadores, bolsistas, moradores do bairro, universidade etc. Essa equipe tem por objetivo comum proporcionar uma educação de qualidade às crianças precisando para tanto de maior apoio do poder público. Entendemos que nosso trabalho é fundamental para melhorarmos as condições de vida das famílias e crianças dessa comunidade, mas não podemos nos alienar em uma postura acrítica, reafirmando os princípios de uma política neoliberal, onde o Estado se torna mínimo, repassando seus deveres e funções para a sociedade.

E assim é a história da nossa creche: cheia de dificuldades, mais repleta de esperanças.

A creche ideal que muitos almejam para suas crianças, para alguns fora construída, e, sabemos que ela estará sempre em constante construção. Assim caminhamos... Sem certezas, sem um porto seguro, mas com uma enorme vontade de fazer, de ser, de viver algo novo e significativo, de experienciar cotidianamente a tão sonhada “escola para todos”, atendendo a

todas as crianças na sua diversidade, considerando o seu contexto sociocultural e acima de tudo permitindo a essas crianças serem sujeitos em um lugar onde elas tenham vez e voz.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.
- CHANTRAINE-DEMAILLY, Lise. Modelos de formação contínua e estratégias de mudança. In: NÓVOA, António. Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1997, p. 139-58.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 184p.
- KUHLMANN, Moysés. Educação Infantil e currículo. In: FARIA, Ana Lúcia G. de; PALHARES, Marina Silveira (orgs.). Educação infantil, Pós-LDB: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados/São Carlos: UFSCar/Florianópolis: UFSC, 2001, p. 51-65.
- LARROSA, Jorge, LARA, Nuria Pérez. Imagens do outro. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 195p.
- PEREIRA, Liliana Patrícia Lemos Sepúlveda; MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. A identidade e a crise do profissional docente. In: BRZEZINSKI, Iria. Profissão professor: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano, 2002, p. 113-31.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992. 103p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Extensão. Relatório. Juiz de Fora: UFJF, 2003. Disquete.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: ---, LURIA, Alexander Romanovich, LEONTIEV, Alexei Nikolaievich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 3.ed. São Paulo: Ícone, 1991, p. 103-117.